

Déficit fiscal caiu de 7,6% para 4,9% em 12 meses

■ Setor público absorve R\$ 41 bilhões, de julho de 96 a junho de 97. Mas já foi pior

WLADIMIR GRAMACHO

BRASÍLIA – O setor público abocanhou R\$ 41 bilhões da poupança financeira do país, nos últimos 12 meses encerrados em junho, para financiar seu déficit fiscal. Esse número ainda é ruim para a economia, mas já foi muito pior: há um ano, o setor público avançava sobre R\$ 56 bilhões para cobrir o déficit nominal (que contabiliza os juros da dívida pública e não desconta a inflação). Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o déficit nominal caiu de 7,63% em junho de 1996 para 4,94% em junho de 1997.

O chamado “esforço fiscal”, que se destina a equilibrar os gastos públicos com suas receitas, está gradualmente sendo executado, segundo especialistas. De julho de 1996 a junho de 1997, os três níveis do setor público e suas empresas estatais produziram uma sobra de caixa de R\$ 4,8 bilhões nas suas contas primárias (que não contabilizam os gastos com juros). Esse resultado significa um superávit primário de 0,58% do PIB. No período de 12 meses encerrados em junho de 1996, o saldo era negativo em 0,84% do PIB, ou R\$ 6,2 bilhões.

Recuperação – As contas estão melhorando em quaisquer dos conceitos utilizados pelo Banco Central (BC). Além do superávit primário e do déficit nominal menor, o déficit operacional (que contabiliza os juros,

mas desconta a inflação) registrou melhora, caindo para 3,08% do PIB, ou R\$ 25,6 bilhões, nos últimos 12 meses. Em maio o déficit era de 3,47% do PIB e em junho de 1996, de 5,45%. “Trata-se de uma recuperação pronunciada”, avaliou o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes.

Para alcançar sua meta – de superávit de 1,5% do PIB nas contas primárias –, o setor público ainda tem um longo caminho a andar. Para o economista Raul Velloso, a grande batalha deverá ser travada em 1998. “Estou particularmente preocupado com o ano que vem, porque não dá mais para segurar os salários congelados e se não for renovada a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que arrecada R\$ 7,2 bilhões

ao ano), as coisas vão se complicar muito”, observou Velloso.

A favor do equilíbrio fiscal, segundo ele, devem aparecer as receitas de concessões no setor de telefonia. Em julho, a Receita Federal já anunciou ingressos de R\$ 150 milhões por conta dessas concessões, lembrou. Na guerra contra o déficit, Velloso concorda com a política do BC de manter os juros altos até que as contas primárias produzam superávit de 1,5%. “Uma melhora provocada pela queda nos juros pareceria artificial”, ponderou.

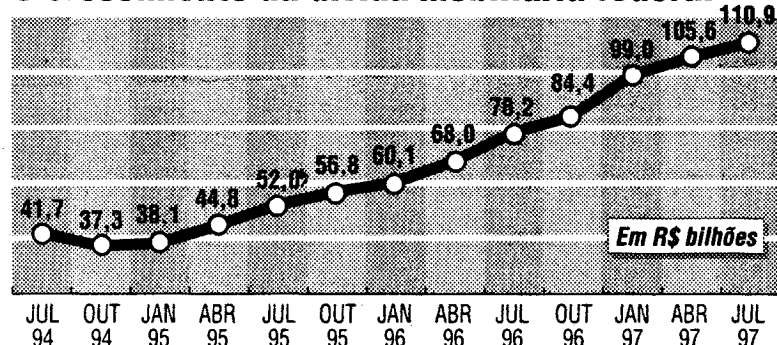
Todo o esforço para produzir esse superávit de 1,5% do PIB vai servir para estabilizar o crescimento da dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Segundo Velloso, para uma economia que cresce a um ritmo de 4% ao ano, um superávit de 1,4%

já seria capaz de estabilizar o efeito dessa dívida sobre a economia. Atualmente, a dívida líquida total do setor público é de R\$ 277,9 bilhões, ou 33,4% do PIB.

Esqueletos – Pouco a pouco, porém, ela vem crescendo, devido ao reconhecimento de créditos e dívidas antigos e não contabilizados pelo governo – os chamados “esqueletos”. Em junho, por exemplo, o governo registrou créditos de R\$ 6,381 bilhões (relativos aos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e de R\$ 400 milhões (relativos à venda de ações aos empregados da Light e da Companhia Vale do Rio Doce). Na conta dos débitos foram incluídos R\$ 670 milhões (relativos à emissão de títulos referentes a Dívidas Vencidas e Renegociadas, DVRs), mais R\$ 150 milhões (relativos a um ajuste de taxas de juros que incidem sobre a dívida externa).

Em relação à condução da política monetária, julho foi um mês marcado por fortes movimentos. Nas operações com o setor externo, houve injeção de R\$ 2,4 bilhões na economia. Os dólares que vêm para o Brasil, porém, são trocados por reais e aumentam o volume de moeda em circulação, que, por sua vez, precisa ser retirada do mercado para não gerar inflação. Como, em outras operações com o sistema financeiro, os bancos pagaram ao BC R\$ 2,3 bilhões, o efeito do ingresso de divisas foi neutralizado.

O crescimento da dívida mobiliária federal*



(*) Títulos públicos federais de responsabilidade do Tesouro Nacional

Fonte: Banco Central